

ÁREAS LEXICAIS NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

LUÍS F. LINDLEY CINTRA

(LISBOA)

Introdução

O presente trabalho (1) procura ser uma contribuição para o estudo da ainda tão imperfeitamente conhecida estrutura lexical do território português. Baseia-se em alguns resultados dos inquéritos que em 1953 e em 1954 realizei na companhia de Aníbal Otero Alvarez, para a parte portuguesa do *Atlas Lingüístico da Península Ibérica* (2).

Não deixarei de recordar, logo de início, que o primeiro passo na definição da referida estrutura foi dado, não há muitos anos, por José G. Herculano de Carvalho no livro *Coisas e Palavras*, publicado em Coimbra em 1953 (3). Partindo da análise e interpretação duma série de mapas em que registou a distribuição geográfica dos vários tipos lexicais com que se designam o antigo instrumento de debulha mais frequentemente denominado *mangual* e as suas diversas partes, tentou, no último capítulo, uma visão de conjunto que intitulou «Estrutura linguística do território português» e que consiste na bem sucedida indicação de algumas «áreas e centros de difusão lexical» (4).

Os mapas de Herculano de Carvalho baseiam-se em materiais excepcionalmente ricos (do *Inquérito Lingüístico* por correspondência de Paiva Boléo, de outro inquérito por correspondência que o próprio autor realizou, de inquéritos directos, das recolhas feitas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular). A rede de localidades consideradas é muito densa e este facto permite-lhe a fixação minuciosa e rigorosa de determinadas fronteiras. A essa minúcia e a esse rigor deve a possibilidade de fazer confrontos de limites linguísticos com fronteiras históricas, por vezes do maior interesse (como, por exemplo, no caso em que a delimitação exacta da zona relativamente pequena em que se emprega a designação *malhal* lhe permite verificar a sua quase completa coincidência com os limites dos «coutos de Alcobaça» e do termo de Óbidos) (5).

Os mapas que vou apresentar e comentar são de tipo muito diverso. A rede de localidades exploradas em Portugal para o *ALPI* é pouco densa e aparece nestas cartas ainda diminuída pelo facto de eu só ter tido nelas em conta aqueles 77 pontos do território português (de um total de 95), em que os inquéritos foram feitos nas excursões em que eu próprio tomei parte. Uma rede desta natureza só permite uma localização e delimitação aproximadas das áreas dos vários tipos lexicais. E, no caso de «sentidos» ou «significados» representados por um grande número de tipos vocabulares, não é impossível que deixe escapar entre as suas malhas um ou mais de entre eles ou que deixe de assinalar uma área pouco extensa de determinada designação. É preciso no entanto notar que estes últimos inconvenientes só se tornam verdadeiramente graves em certo género de mapas que procurei evitar entre aqueles que aqui darei a conhecer (6). Creio que, em muitos outros casos, apesar do seu esquematismo, as cartas baseadas nos materiais do *ALPI* dão uma ideia geral bastante exacta do número e distribuição dos tipos lexicais, suficiente para alguns fins — como por exemplo aquele que aqui tenho em vista (7).

No princípio do capítulo a que atrás me referi, distingue Herculano de Carvalho com muito acerto entre «sentidos» (objectos ou conceitos) igualmente familiares a todos os membros da comunidade linguística, para a expressão dos quais a língua comum e literária dispõe de uma ou mais palavras que podem opor-se a designações regionais, combatê-las e, em condições favoráveis, substituí-las, e «sentidos», na expressão dos quais «a influência da língua comum dificilmente se pode fazer sentir», como aqueles a que corresponde «o vocabulário relativo a objectos, actividades e conceitos alheios ou pouco familiares ao habitante dos centros

urbanos [e — insistiria eu — muito intimamente ligados à vida quotidiana do habitante do campo], em primeiro lugar os que se referem à vida rural, aos pequenos mesteres, às humildes indústrias regionais e caseiras»(8). Dos primeiros, é um bom exemplo ‘baloço’, estudado por K. Jaberg no 1.º volume da *Revista Portuguesa de Filologia* (9), dos segundos, o ‘mangual’ e as suas peças, estudados pelo próprio H. de Carvalho. É evidente, como diz o autor de *Coisas e Palavras*, que, para o estabelecimento da verdadeira estrutura lexical da paisagem portuguesa, são muito mais importantes os elementos do vocabulário menos atingíveis pela influência da língua comum, aqueles que «seguem o seu próprio destino regional, agrupando-se em áreas bem definidas, que se interpenetram, se deslocam e se recobrem mutuamente, seguindo correntes culturais de direcção igualmente definida» (10).

Ao escolher, entre os materiais de que dispunha nos meus apontamentos, aqueles que iriam servir de base à presente tentativa, selecionei alguns «sentidos» a que correspondessem elementos do vocabulário deste último tipo. Trata-se fundamentalmente, como vamos ver, de uma série de acções, objectos ou seres relacionados com o ambiente da criação de gado (11):

- 1) ‘ordenhar’
- 2) ‘úbere da vaca’
- 3) ‘soro’
- 4) ‘(fêmea) estéril’
- 5) ‘cria da ovelha’
- 6) ‘cria da cabra’

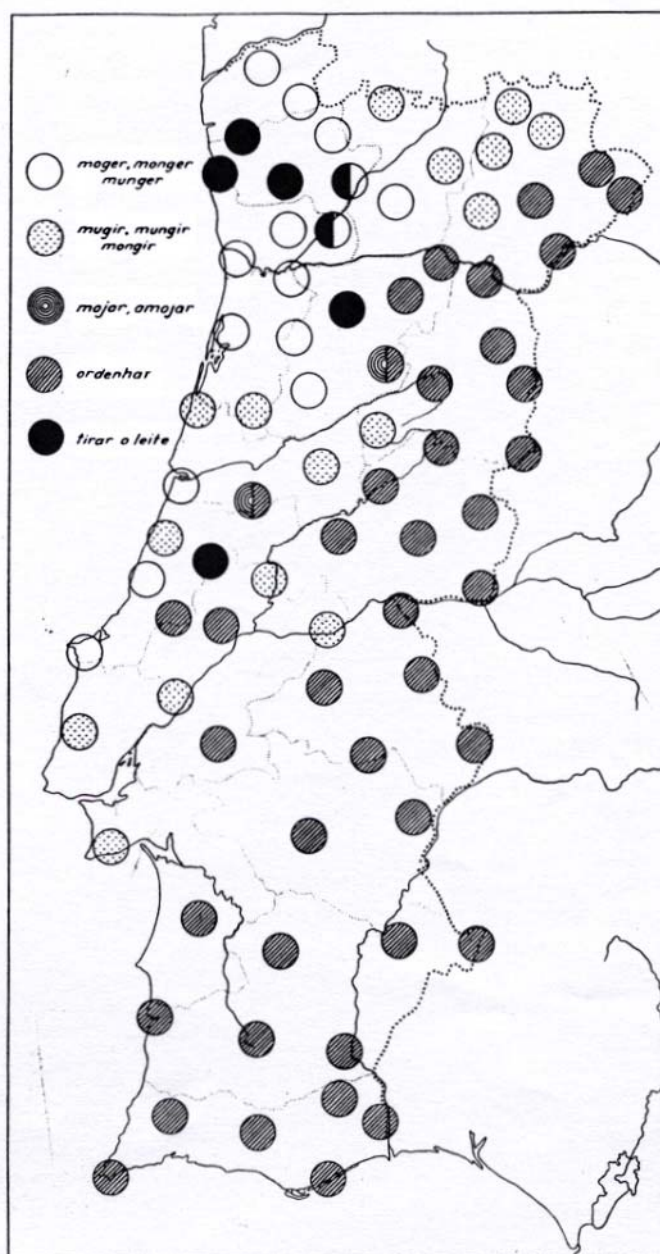
Elaborados os mapas correspondentes, procurei distribuições dos tipos lexicais análogas às que neles observara, em cartas correspondentes a conceitos pertencentes a campos semânticos completamente diversos. Apresentarei dois destes outros mapas (12) — os que se referem a:

- 7) ‘maçaroca’
- 8) ‘queixo’

Farei o possível por descrever rapidamente cada um dos oito mapas, tentando, logo a seguir, interpretá-lo, para, por fim, tirar do conjunto algumas conclusões de carácter geral.

Mapa 1

No primeiro mapa está representada a distribuição geográfica das palavras que se empregam actualmente em Portugal no sentido de ‘extrair, tirar o leite das tetas de uma vaca’. Essa noção exprime-se por meio de dois tipos lexicais. O primeiro descende do latim MULGERE — precisamente o verbo que na língua latina exprimia a referida noção. A forma portuguesa ou se mantém na conjugação em *-er*: *moger* ou passou para a conjugação em *-ir*: *mugir*. Tanto num caso como noutro, ora se nos depara em variantes com a vogal da primeira sílaba nasalada ora em variantes sem nasalação: *moger* ou *monger*, *munger*, e *mugir* ou *mongir*, *mungir*. Em dois pontos recolhi, em via de desaparecimento (por estar em concorrência com outra palavra), uma terceira forma, *amojar*, *mojar*, que se documenta em port. ant. e também vive, segundo C. de Figueiredo, no bras. do Sul. De *amojar*, *mojar*, se ocupou há anos Joseph M. Piel (13), que viu nesta forma um derivado de *amojo*, ‘úbere’, substantivo posverbal, formado a partir de *moger*, de que teremos de nos ocupar ao comentar o mapa seguinte. García de Diego sugeriu recentemente a possibilidade de substituir esta hipótese pela de uma contaminação entre *amoger* ou *amugir* e o tipo lexical que vamos considerar a seguir e é constituído por um verbo em *-ar*: *ordenhar* (14). A localização geográfica dos exemplos de *amojar* que recolhi —



MAPA 1

ainda mais satisfatória uma explicação que me foi verbalmente sugerida pelo Dr. José Inês Louro, colaborador do Centro de Estudos Filológicos: *ordenhar* teria adquirido o novo sentido num ambiente de criação de gado ovino, através da significação intermediária ‘dispor em ordem, ordenar as ovelhas, para as mungir’. Efectivamente uma «arrumação», «ordenação», precede regularmente o ordenho na extracção do leite a este tipo de gado. Vale a pena notar que esta evolução de sentido só se observa no interior da Península Ibérica. É desconhecida de todo o resto da România.

Finalmente, para completa descrição do mapa, é preciso mencionar o aparecimento ocasional e pouco significativo da perífrase «t tirar o leite» (em pontos em que foi esta a resposta à pergunta indirecta e em que, perante a pergunta directa, o informador reagiu afirmando que não se empregavam outras expressões).

Uma observação rápida da distribuição geográfica dos diversos tipos indicados na carta revela-nos que o termo tradicional — o descendente do latino MULGERE, só conservado na Península Ibérica (ora sob a forma de representantes de MULGERE, ora de EMULGERE) numa zona periférica (catalão, alguns dialectos aragoneses e castelhanos da montanha de Santander, asturiano, galego) (16) — é hoje em Portugal (onde as duas variantes *munger* e *mungir* já se

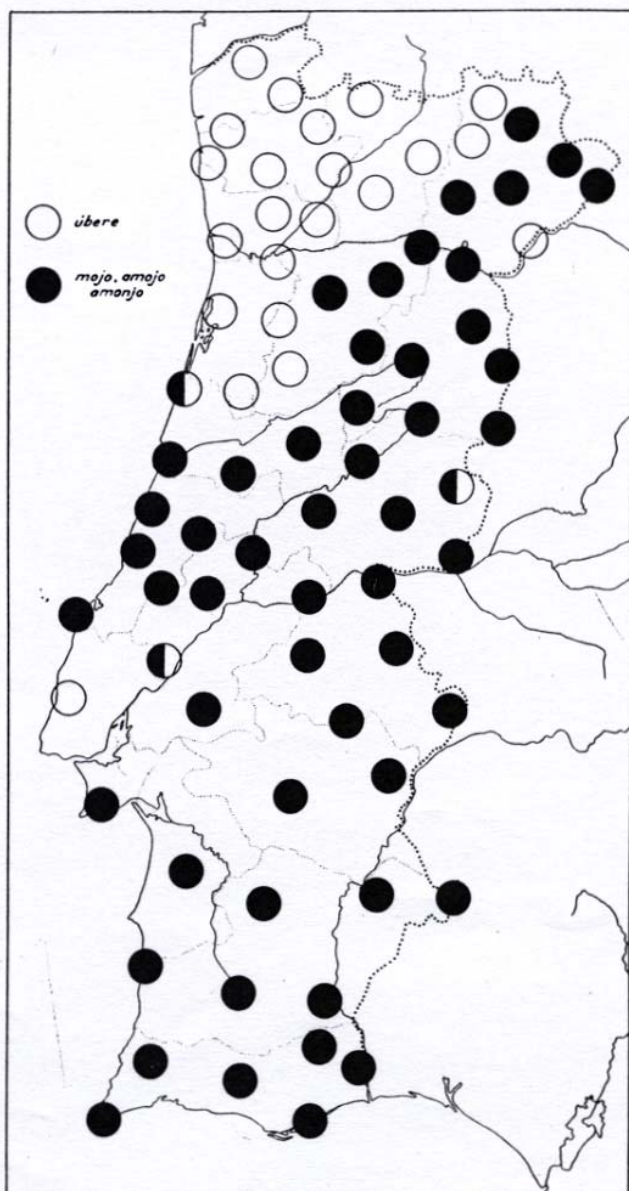
precisamente na fronteira entre os dois tipos lexicais e convivendo com o segundo — torna mais provável a proposta do etimólogo espanhol. (No entanto, existe um verbo *amojar*, intransitivo, com o sentido de ‘encher-se de leite o peito, a teta; e também o grão dos cereais, o arroz, a amêndoa, etc.’ (Morais) que devemos separar deste, considerando-o como seu homónimo e, esse sim, derivado de *amojo* ‘úbere, teta’, como supõe Joseph M. Piel, já que semânticamente não parece possível explicá-lo de outro modo).

O segundo tipo lexical a considerar é *ordenhar*, a que já aludi, forma proveniente de uma base *ORDINIARE que significava certamente, como ainda hoje o representante que deixou no sardo, ‘pôr em ordem, ordenar, preparar’. Este significado também o apresenta o verbo *ordinhar* do port. arcaico. Para explicar o aparecimento do sentido de que nos ocupamos, lembra J. Corominas, no seu *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, a cada passo utilizado nestes comentários (15), que, para os pastores, «dejar los animales ordeñados era la operación o «arreglo» más importante de todos» e aponta alguns casos de evolução semântica paralela colhidos em dialectos franceses. Parece-me

documentam num texto do séc. XIV, o *Dicionário de verbos alcobacense*) (17) uma expressão própria do noroeste e dum zona do oeste que não ultrapassa em direcção ao sul a região de Setúbal. *Moger* ou *monger* emprega-se no Minho, na parte ocidental de Trás-os-Montes, no Douro Litoral, na parte ocidental da Beira Alta, na maior parte da Beira Litoral, da Estremadura e do Ribatejo. *Mugir* ou *mungir* encontra-se, regra geral, na periferia de *moger* ou *monger*. Só na Beira Litoral, ao norte de Coimbra, e no norte do distrito de Leiria vemos esta variante (a única que entrou na língua literária) penetrar no interior da zona de *moger*.

Por todo o resto de Portugal — isto é, por todo o Algarve, todo o Alentejo, toda a Beira Baixa, a maior parte da Beira Alta (abrangendo todo o distrito da Guarda) e o oriente de Trás-os-Montes — se estendeu a inovação *ordenhar*, que hoje também domina toda a parte central castelhana, leonesa e aragonesa da Península. Da vitalidade anterior do representante de MULGERE nesta zona, nos vai dar, no entanto, uma boa prova o mapa 2.

A palavra *ordenhar* penetrou certamente em Portugal através da fronteira política e nenhuma relação deve ter com o antigo port. *ordinhar*. Admitida na língua literária, pelo menos a partir do séc. XVI — em que a empregam Diogo Bernardes, Arrais, Fr. Pantaleão de Aveiro (18) — convive hoje nela com o vocábulo tradicional e parece ter sido, dos dois vocábulos, o único transmitido ao brasileiro comum e literário.



Mapa 2

O mapa 2, de aspecto extremamente simples, permite observar as áreas das designações que o português popular actual emprega para 'úbere' da vaca. À pergunta, sempre formulada do mesmo modo («como se chama aquele saco onde as vacas têm o leite?»), obtive ora a resposta *úbere* (sempre com a vogal postónica perdida, isto é, *ubre*, *ubri*, *ubro*), ora a resposta *amajo*, com as suas variantes *amonjo*, *mojo*, *monjo* (ou ainda *amoje*, *moje*, *amoiço*, *moiço*, etc.). Em três localidades, o informador pronunciou as duas palavras, fixando-se em geral, depois, numa delas, como sendo a de emprego mais corrente.

Ubre ou *úbere* provém de UBER, designação latina da 'teta' que, como informa o artigo respectivo do *Dicionário* de Corominas (19), já em Horácio aparece especializado no sentido de 'teta dos animais' por oposição a MAMMA 'teta de mulher'. Só há a registar a ligeira alteração de sentido que vai de 'cada uma das tetas de um animal' a 'conjunto das tetas de um mamífero'. Apenas o castelhano, o português e alguns dialectos italianos

MAPA 2

setentrionais, réticos e franceses de leste mantiveram esta designação. Em castelhano, a palavra — que era neutra em latim — é feminina, em galego-português é geralmente masculina. Em Lagoaça, na fronteira de Trás-os-Montes com a província espanhola de Zamora, registei no entanto o seu emprego como feminina. O mapa dá uma ideia clara da zona a que se restringe hoje em Portugal o emprego de *úbere*: Minho, ocidente de Trás-os-Montes, Douro Litoral, o extremo norte da Beira Litoral e uma pequena região da Beira Alta. Fora desta zona, *úbere* reaparece isoladamente, conforme já disse, em Lagoaça, no oriente de Trás-os-Montes, talvez como resultado dos frequentes contactos com a Espanha através da fronteira política; assim o faz supor o género feminino excepcional a que me referi. Aparece isoladamente também na Estremadura (Mafra e Cartaxo) e na Beira Baixa (Monsanto), geralmente convivendo com *(a)mojo*, *(a)monjo*.

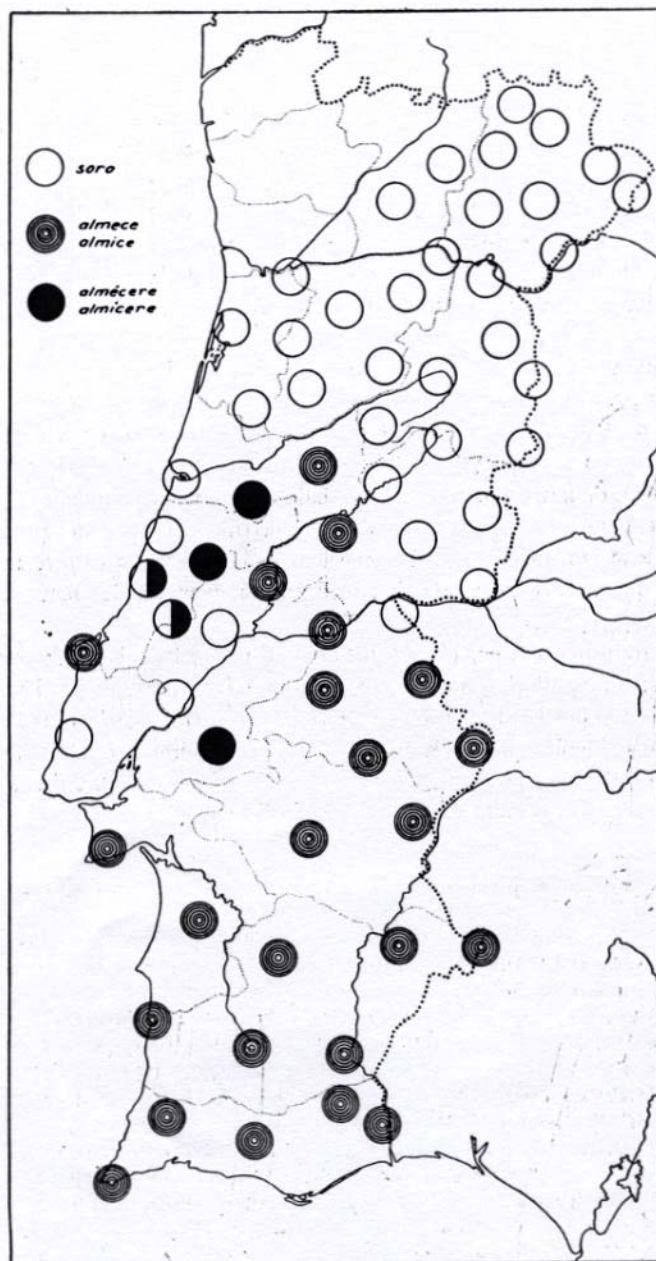
Esta última palavra é evidentemente, como indicou Joseph M. Piel num trabalho já atrás citado (20), um deverbal de *(a)moger*, *(a)monger* ou de *(a)mugir*, *(a)mungir*. Apresenta a mesma oscilação que o verbo quanto à nasalidade ou oralidade da vogal *o* e quanto à presença ou ausência do *a-* inicial. A sua área de emprego é hoje muito mais vasta que a área de *úbere*. Inclui todo o Algarve, todo o Alentejo, a maior parte da Estremadura e da Beira Litoral, o Ribatejo, a Beira Baixa, a maior parte da Beira Alta e o oriente de Trás-os-Montes. Esta grande expansão permite-nos reconstituir a área antiga, muito maior do que a actual, do verbo que deu origem a este substantivo. *Amojo*, perante *úbere*, aparece-nos como uma inovação que foi bem aceite, decerto porque se tratava de uma designação relativamente motivada (para empregar a terminologia saussuriana), integrada numa família de palavras conhecida, designação que se vinha opor a uma palavra anterior, isolada dentro do sistema linguístico — a um signo puramente arbitrário. Esta inovação parece irradiar do sul e do leste de Portugal. Na literatura, só penetrou até agora na linguagem de certos autores de forte cunho regionalista, como, por exemplo, Aquilino Ribeiro (21).

Úbere ou *ubre* permanece como única denominação literária geralmente conhecida. É também *úbere*, *ubre*, segundo creio, a única designação que faz parte da linguagem comum e literária do Brasil (22).

Mapa 3

O mapa 3 dá a conhecer o limite aproximado entre as áreas de expansão dos dois nomes por que é designada nos falares portugueses a ‘parte aquosa que se separa do leite, quando este se coagula ou quando se forma o queijo’ (C. de Figueiredo). São eles: *soro* e *almece* (com as variantes *almice* e *almécere*, *almícere*) (23). Como é sabido, trata-se dos representantes dos nomes latino e árabe da referida substância (24). A designação árabe não vive apenas no Alentejo e nos Açores, como indica C. de Figueiredo (25), mas em toda a parte do território português situada ao sul do Tejo; penetra além disso na Estremadura e, através da parte do Ribatejo situada na margem direita do rio, atinge certas zonas da Beira Baixa e da Beira Litoral. No norte e na maior parte do centro do país, emprega-se o termo de origem latina. (A região em que nenhuma designação aparece assinalada no mapa corresponde a uma zona em que, talvez por nela não ser corrente o fabrico de queijo, a substância em questão é mal conhecida e não tem nome — pelo menos nome que acudisse com relativa facilidade à memória dos meus informadores).

O arabismo *almece*, *almice* distingue-se pela particularidade curiosa de só se ter mantido — ao que parece — em falares portugueses. Embora já registado por Bento Pereira em 1638 (26), não se vulgarizou na língua comum e literária de Portugal que continua a empregar normalmente *soro*. Também é este nome de origem latina, segundo creio, o único corrente na língua comum e literária do Brasil (27).



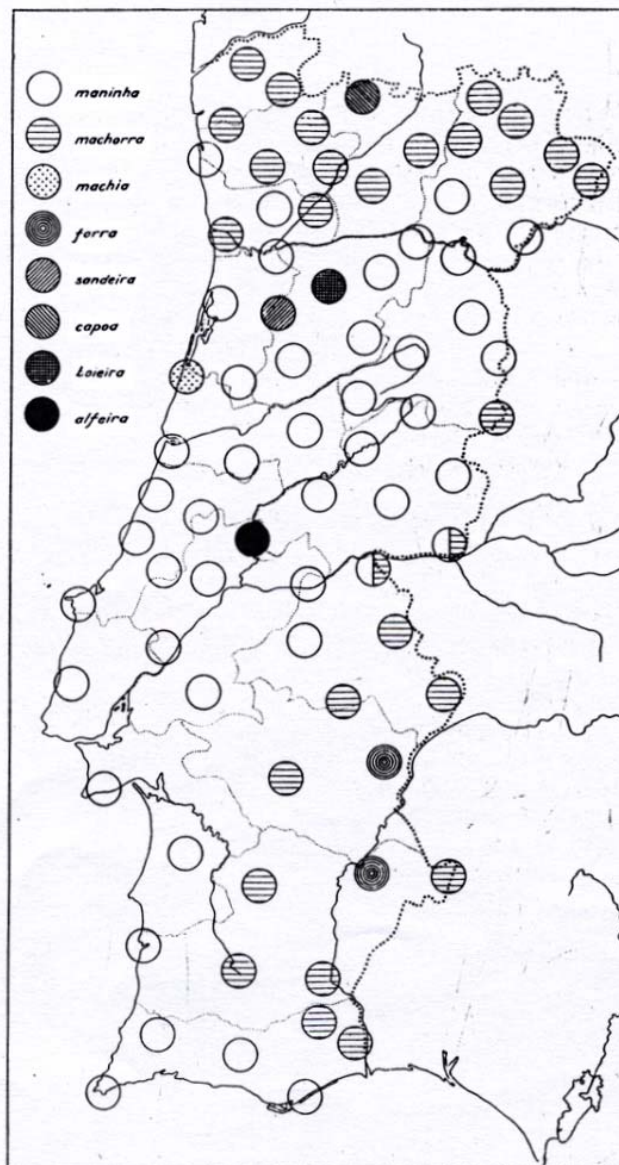
MAPA 3

Mapa 4

No mapa 4 observa-se a distribuição dos adjectivos com que se designa a fêmea (vaca, ovelha, cabra, etc.) ‘estéril’. São apenas dois os tipos lexicais com grande expansão e serão eles os únicos que aqui terei em conta: *maninha* e *machorra*. (Quanto aos outros, limito-me a indicar que alguns consistem na utilização neste sentido do adjectivo que, mais correntemente, qualifica o animal que não deu cria em determinado ano — é o caso de *forra* ou de *alfeira*).

Da origem das duas palavras de que vou tratar, ocupou-se Joseph M. Piel em 1950 na *Revista de Portugal*, série A, Língua Portuguesa, para refutar etimologias absurdas propostas pouco antes por H. Janner (28). Esta nota foi republicada em 1953 no volume *Miscelânea de Etimologia Portuguesa e Galega* (29). Mais recentemente, referiu-se à etimologia dos dois vocábulos, J. Corominas (30). Como ambos estes autores nos dizem, *maninha* remonta — assim o tinham afirmado também G. Rohlfs e Meyer-Lübke — a uma palavra de substrato, *MANNUS que significava ‘estéril’ e também ‘macho’ no sentido de ‘*mulus*’. Dessa antiga palavra — aparentada com a basca *mando*, *mana*, e também, como indica Corominas (citando

Walde-Hoffmann), com a latina *mannus*, de provável origem ilíria, e com o tipo *MANDIUS, representado em albanês, alemão do Tirol, romeno, italiano e engadino — também provém o cast. *mañero*. O substrato a que pertence, mais do que ibérico, como lhe chama Piel, talvez se deva classificar, em vista da zona em que o termo deixou descendentes, de mediterrâneo (ou lígure?) como o faz Corominas. Quanto à formação de um derivado com o sufixo *-ina, -inu* (*MANNINA) parece exclusiva do latim hispânico ocidental.



MAPA 4

Machorra, palavra evidentemente derivada de *macho*, do lat. MASCULUS (como *machia*, sinónimo que recolhi num único ponto), apresenta também, curiosamente, na sua constituição, um elemento pre-romano, o suf. depreciativo *-orra, -orro*, pouco frequente em português (31).

Creio que o mapa nos faz ver com bastante clareza que esta última designação é a mais recente e que deve ter penetrado em Portugal através da fronteira política de leste e nordeste, proveniente de um foco de expansão que deve estar no centro da Península (32). *Maninha* conserva-se como designação própria de todo o centro e ocidente de Portugal, incluindo o ocidente do Alentejo e do Algarve — além do Ribatejo, da Estremadura, da maior parte das Beiras e do Douro Litoral. Mantém-se ainda em algum ponto do Minho e do leste de Trás-os-Montes, de onde está no entanto a ser desalojada, como do Alentejo, pela designação concorrente.

Certas formas que recolhi no Algarve parecem merecer atenção especial. São elas: *malina* em Sagres, Alte e Fuseta, *manina* em Marmeleite (Monchique); esta última ouvi-a também em Santana (Sezimbra). Caracterizam-se pela conservação do *-n-* intervocálico do sufixo sem a nasalação da vogal *i*, perda da consoante e subsequente diferenciação do *ĩ* nasal em *-inh-*, normais em português. Penso que estas formas se devem explicar através da manutenção, neste vocábulo da linguagem corrente, de uma das características fundamentais que opunham o falar dos moçárabes do centro e sul de Portugal ao dos reconquistadores provenientes do norte. Tem sido várias vezes observada a persistência dessa característica na toponímia do Sul e Centro do país. Leite de Vasconcellos (33) e Menéndez Pidal (34) citaram os casos de *Odiana*, *Fontanas*, *Madroneira* (Beja), *Molino* (Évora), *Fontanelas* (Sintra) (35). Mas creio que não foi apontada até agora — a não ser de passagem por Serafim da Silva Neto (35 bis) — a conservação do *-n-* intervocálico em algumas palavras do léxico comum nos falares meridionais portugueses. Além de *manina*, *malina*, citarei aqui (36) *dònina*, que recolhi em vários pontos do Algarve, *atonina* e *rosmanino* (Boliqeime) (37), *ponente*, que me recorde de ter ouvido em quase todos os meus inquéritos algarvios, *maçanêra* e *romanêra*, formas normais, não só no Algarve como em todo o Baixo Alentejo, dos nomes das árvores que no resto de Portugal têm, entre outros, os nomes de *macieira*, *romanzeira* (38), e *manhana*, *hortelana*, *milhana*, formas vivas em Marmeleite (Monchique) (39). À influência da mesma camada étnica se deve aliás atribuir, segundo me parece, a conservação do *-n-* intervocálico nos diminutivos alentejanos e algarvios do tipo *manita*, *maçanita*, *granito*, *franganito*, etc. (40).

No caso especial da palavra *manina*, *malina*, de que nos ocupamos, a permanência desta particularidade fonética moçárabe, tem o interesse de nos provar a antiguidade da fixação deste tipo lexical na parte meridional do território português. Termo de origem prelatina incorporado no latim hispânico, já vivia, certamente, no momento da invasão muçulmana, na zona ocidental em que hoje se mantém. Nem a divisão introduzida pela referida invasão, nem os posteriores movimentos da Reconquista, impediram a sobrevivência ou afectaram essencialmente a distribuição geográfica deste vocábulo, de emprego, pelo menos inicialmente, restrito à linguagem do criador de gado.

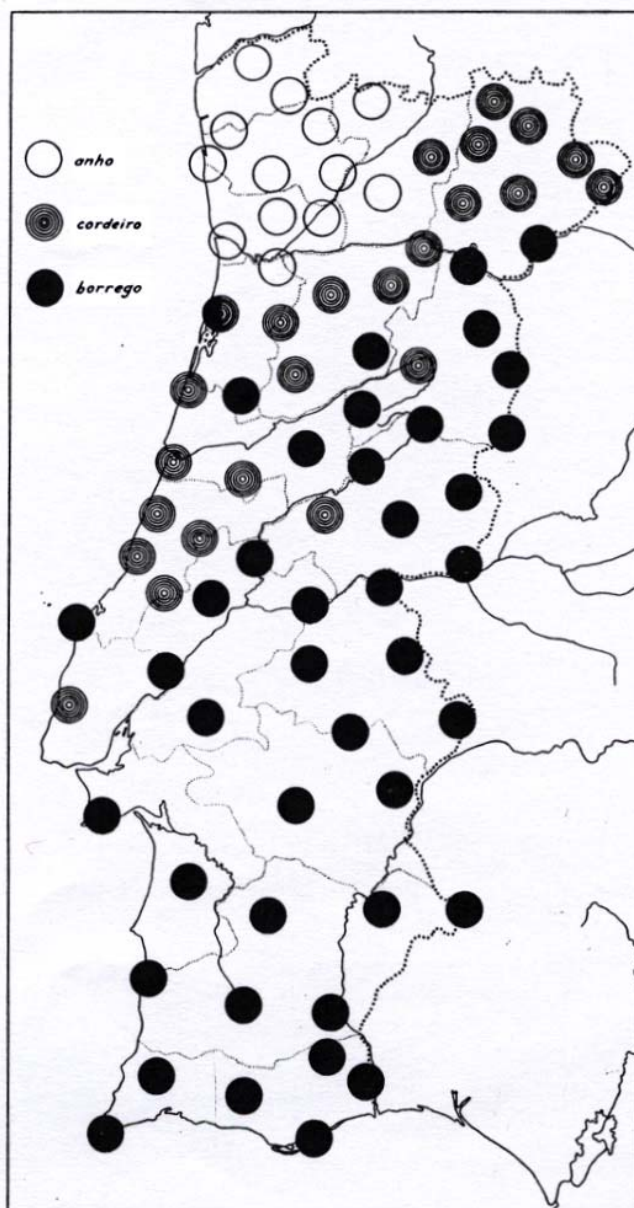
Mapas 5 e 6

No seu importante livro sobre a «diferenciação lexical das línguas românicas» (41), Gerhard Rohlfs tratou, em linhas muito gerais, dos nomes com que nestas línguas se designam a ‘cria da ovelha’ e a ‘cria da cabra’ (42). Em dois dos mapas que apresenta no fim do volume, procurou representar esquemáticamente as áreas de expansão de cada um desses nomes (mapas 34 e 44).

É precisamente às designações das crias da ovelha e da cabra no território português que estão dedicados os meus mapas 5 e 6. Permitem-nos eles verificar que a imagem que nos dão os esquemas de G. Rohlfs da distribuição das designações está excessivamente simplificada, pelo menos no que diz respeito ao extremo ocidental da Península Ibérica.

No caso dos nomes da ‘cria da ovelha’, à divisão do território linguístico português, do ponto de vista lexical, em duas zonas: a de *anho* e a de *cordeiro*, suposta por Rohlfs, corresponde, na realidade, uma divisão em três áreas distintas: a de *anho*, a de *cordeiro* e a de *borrego*. A área maior é justamente a que Rohlfs não considerou, por julgar, baseando-se na definição do *Dicionário da Academia Espanhola*, que *borrego* «designa geralmente uma certa idade do *cordeiro*»(43). A verdade é que, na vasta zona indicada no mapa 5 e que abrange todo o Alentejo e Algarve, o Ribatejo e parte da Estremadura, a maior parte da Beira Baixa, alguns pontos da Beira Litoral, o leste da Beira Alta e o extremo oriental de Trás-os-Montes, *borrego* é a resposta que um informador dá sem hesitação à mesma pergunta («como é que se chama a

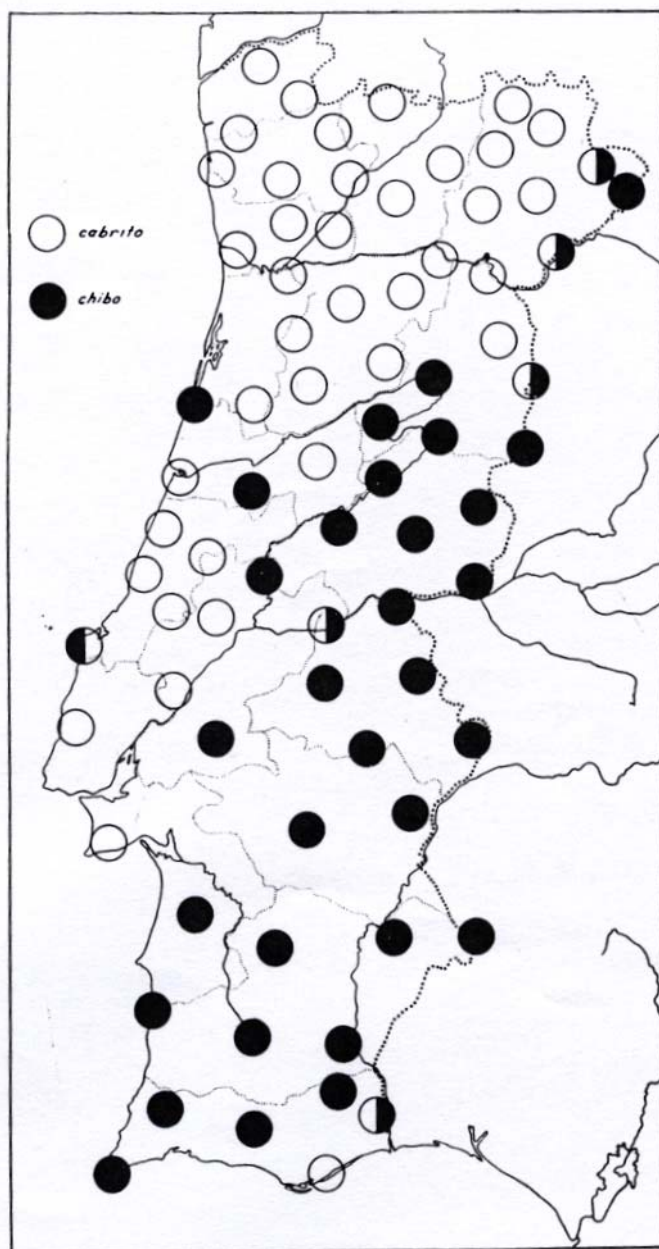
cria da ovelha?») a que, no Minho, no Douro Litoral e no extremo ocidental de Trás-os-Montes, responde: *anho*, e, numa faixa formada pelo resto de Trás-os-Montes, ocidente da Beira Alta, a maior parte da Beira Litoral e grande parte da Estremadura (com esporádicas extensões, até ao centro da Beira Alta e ocidente da Beira Baixa), responde *cordeiro*.



MAPA 5

É bem conhecida a origem destas três designações. *Anho* é a própria denominação latina, AGNUS, mantida apenas em duas zonas periféricas da România: a Itália meridional (Lucânia, Apúlia, Calábria) e a Sardenha, por um lado, a Galiza e a zona indicada de Portugal por outro (44). *Cordeiro* provém do adj. latino vulgar *CORDARIUS, derivado de CORDUS que significa 'tardio'. Chamavam-se «agni cordi» os cordeiros nascidos tardiamente, em Fevereiro em vez de Novembro-Dezembro, particularmente apreciados, conforme diz Rohlfs, como «cordeiros pascais»; «cordi dicuntur agni qui post tempus nascuntur», explicava Varrão (45). Só no centro da Hispânia (português, castelhano, catalão ocidental) e em parte do gascão (46), este adjectivo adquiriu o sentido do substantivo que acompanhava. O aparecimento desta inovação lexical foi explicado por A. Steiger pela necessidade de encontrar solução para a situação criada em castelhano pela colisão homonímica de *año* < AGNUM com *año* < ANNUM (47). É provável que

esteja efectivamente nessa homonímia a causa da inovação. Uma vez adoptada a nova designação, ela expandiu-se, no entanto, em direcção ao ocidente, para além dos limites em que se tornava estritamente «necessária», isto é, para além da fronteira da evolução $-NN- > -\eta-$, conquistando a *anho* a maior parte do terreno que a antiga designação ocupava e reduzindo a sua área de emprego ao pequeno recanto actual (48). Posteriormente, outra inovação terminológica iria roubar-lhe — em Portugal como em Espanha — uma grande, senão a maior parte, do território conquistado. O seu êxito talvez se explique, como num caso anteriormente considerado, pelo facto de se tratar dum vocábulo relativamente motivado, apoiado em, pelo menos, outro de sentido conhecido, ao passo que *cordeiro* é uma designação puramente arbitrária, não integrada numa família de palavras. *Borrego* provinha efectivamente de *borra* ‘lã grosseira’, do lat. tardio BURRA, e apoiava-se nesse outro termo (49). O seu foco de expansão é certamente centro-meridional (50). Penetrou em Portugal através da fronteira de leste. Documenta-se a sua presença a par de *cordeiro* (como adjectivo?) na Guarda (no Foral Novo da cidade) no ano de 1510 (51). Não parece ter atingido a linguagem popular da Galiza (não a registam os Dicionários de Valladares Nuñez, Cuveiro Piñol e Carré Alvarellós) (51 bis).



MAPA 6

Na língua literária de Portugal ainda hoje *borrego* só é corrente em autores regionalistas originários do Sul (52). *Anho*, vivo na linguagem dos clássicos portugueses, é presentemente também um regionalismo, que raras vezes se encontra na literatura (53). *Cordeiro* é a única designação geralmente empregada. Quanto ao Brasil, tanto quanto me foi possível averiguar, *borrego* e *anho* são desconhecidos da língua comum e literária; *cordeiro* é a única designação corrente. *Borrego* vive contudo no Rio Grande do Sul (54) no sentido de «carneiro novo, em idade compreendida entre a do cordeirinho e do animal já em condições de procriar».

No que diz respeito aos nomes da ‘cria da cabra’, G. Rohlf s menciona, a par, para o português e para o espanhol, as designações *cabrito* e *chibo* (55). No seu mapa 44, apresenta o centro e o ocidente da Península Ibérica como área de *cabrito*, embora, entre parênteses, acrescente *chibo*, como se as duas designações convivessem nos mesmos lugares. Também neste caso, a imagem da distribuição dos vários nomes nos aparece excessivamente simplificada, pelo menos no que diz respeito ao território português.

À pergunta do questionário do *ALPI* relativa à ‘cria da cabra’, a resposta foi *chibo*, numa parte de

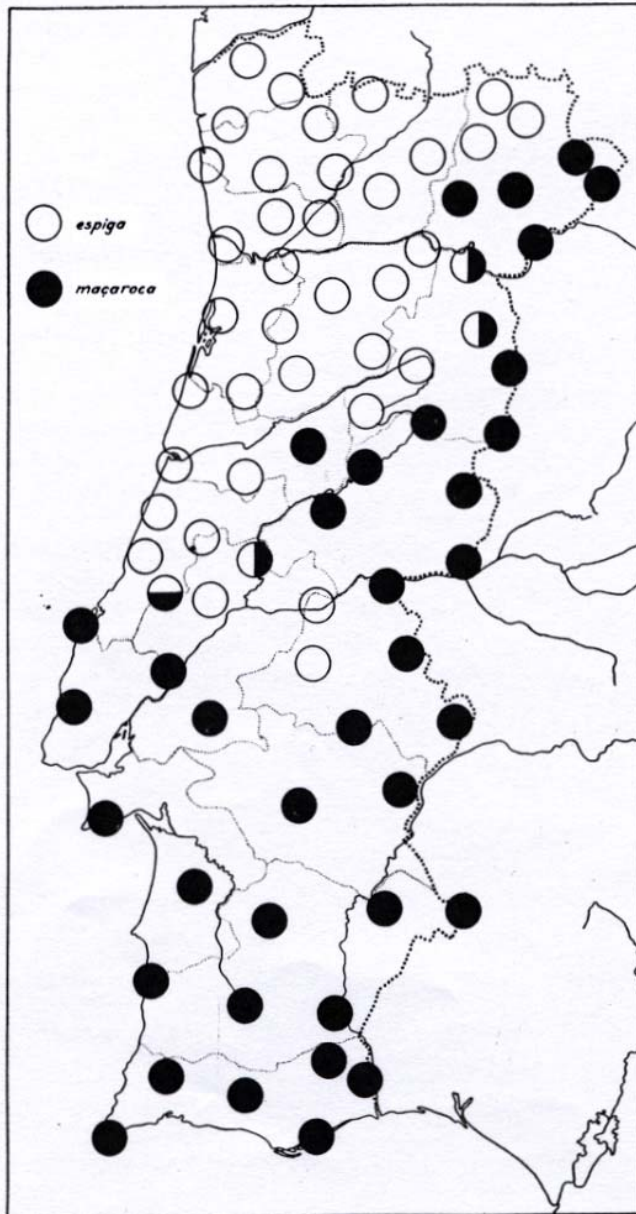
Portugal, *cabrito*, noutra, ainda que na primeira zona nem sempre seja totalmente desconhecida a segunda designação.

Cabrito — proveniente de CAPRITTUS, diminutivo de CAPER, que substituiu o termo latino HAEDUS (quase totalmente desaparecido) numa extensíssima zona da România meridional (Itália, Sul da França, Catalunha e a maior parte do Centro da Espanha) — mantém-se no Minho, no Douro Litoral, em toda a parte ocidental e central de Trás-os-Montes, na maior parte da Beira Alta (*chibo* só aparece na parte meridional e oriental desta província), na Beira Litoral — onde no entanto se regista uma penetração da designação concorrente — na Estremadura e numa pequena parte do Ribatejo. Um pouco surpreendentemente recebi também a resposta *cabrito*, uma vez isolada, outra a par de *chibo*, em dois pontos do Sotavento algarvio.

Chibo — domina em quase todo o Algarve e em todo o Alentejo, na maior parte do Ribatejo, na Beira Baixa, no sul e leste da Beira Alta e no extremo oriental de Trás-os-Montes. Além disso, como atrás indiquei, penetra na Beira Litoral e num ou noutro ponto da Estremadura. É certamente um nome proveniente da interjeição com que se chama o animal (como o admitiram Sainéan, Meyer-Lübke, Krüger, Rohlf s e Corominas) (56). Inovação expressiva em combate com um antigo diminutivo-afectivo, hoje completamente neutro, tende a levar a melhor e a expandir-se à sua custa. O seu foco de irradiação parece, como no caso de várias designações anteriormente estudadas, estar para além da fronteira política de leste, através da qual penetrou em Portugal. Dentro da área por onde já se expandiu, a ilhota algarvia de *cabrito* é uma relíquia que nos recorda a vastidão anterior do emprego da mais antiga designação. *Chibo* não parece ter atingido — pelo menos como designação «normal» da cria da cabra — o território galego. Nenhum dos dicionários galegos que consultei (Valladares Nuñez, Cuveiro, Carré) (57) regista a palavra. Só tarde foi registado pelos dicionários portugueses (o primeiro em que se encontra (58), parece ser o de Morais, 2.^a ed., 1813) e não pertence ainda hoje à língua comum. Aparece já, no entanto, num texto redigido no séc. XIII na vila então leonesa de Castelo Rodrigo — nos seus Foros, conservados num manuscrito da 2.^a metade desse século (59). Na língua literária, só se encontrará em autores recentes, de carácter regionalista. No Brasil, vive com um matiz especial (o de ‘cabrito inteiro, não castrado’) no Rio Grande do Sul (60) mas também não pertence à língua comum nem à literária que só conhece *cabrito*.

Mapa 7

Concluída, com a destes dois mapas, a apresentação dos seis que escolhi no campo semântico da criação de gado, darei ainda a conhecer, como anunciei, dois outros que correspondem a «significados» completamente estranhos a este campo. Cada um deles pertence a uma zona de significação totalmente diversa. Servir-nos-ão para demonstrar que, noutros sectores, aparecem esquemas de distribuição dos tipos lexicais iguais ou muito semelhantes aos que até agora considerámos.



MAPA 7

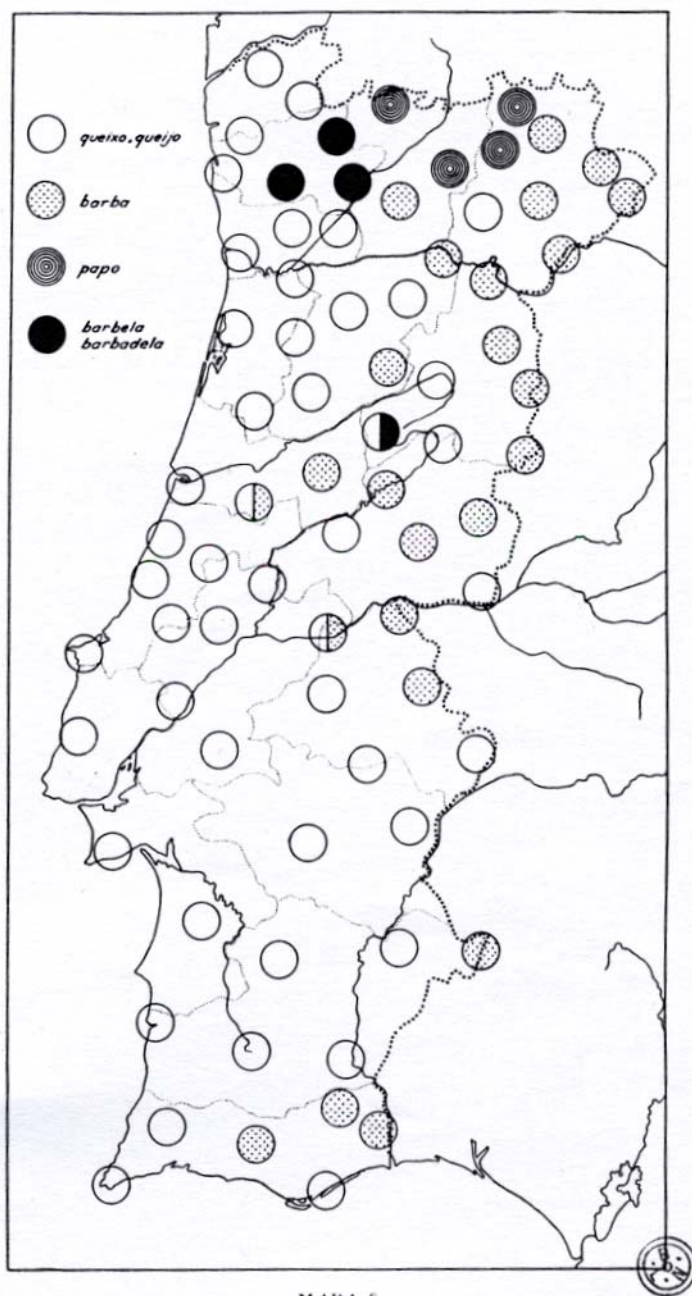
O mapa 7 indica, com certa aproximação, as áreas por onde se expandem os dois nomes que no território português se empregam para designar a ‘espiga do milho’: *espiga* e *maçaroca*.

Espiga, o antigo nome, representante do lat. SPICA, usa-se no Minho, no Douro Litoral, no ocidente de Trás-os-Montes, no ocidente da Beira Alta, na Beira Litoral, no norte da Estremadura e em certa zona do Ribatejo. *Maçaroca* — palavra de origem ainda não determinada com absoluta segurança, mas provavelmente, como supõe Corominas (61), híbrido românico-árabe, proveniente do cruzamento do árabe *māsura* ‘canudo da lançadeira’ com o port. *roca* do germ. *ROKKO-ROKKA (assim como o cast. *mazorca*, que se deveria a um cruzamento da mesma palavra árabe com o cast. *horca* ‘roca’) — emprega-se em todo o Algarve e Alentejo, em grande parte da Estremadura e do Ribatejo, na Beira Baixa, no oriente da Beira Alta e no oriente de Trás-os-Montes (62). É um tipo de distribuição que conhecemos de vários outros dos mapas comentados.

Mapa 8

No mapa 8, encontramos representadas as áreas que correspondem às várias designações portuguesas para ‘queixo’. A mais espalhada e a única, segundo creio, que pertence à língua comum e literária actual é a própria palavra *queixo*, proveniente do adj. latino CAPSEUS ‘semelhante a uma caixa’ (63). Nos falares regionais portugueses vive em toda a faixa ocidental, desde o Minho até ao Algarve, e estende-se a partir de aí mais ou menos profundamente (quase todo o Minho, todo o Douro Litoral, o leste e o centro da Beira Alta, a maior parte da Beira Litoral, alguns pontos da Beira Baixa, toda a Estremadura, todo o Ribatejo, o Alentejo — com a excepção de alguns lugares próximos da fronteira - o ocidente e algum ponto do sul do Algarve). A este tipo lexical se opõem dois outros: *papo* e *barba*, com a variante *barbela*, *barbadela*. *Papo* (de *papa* < lat. PAPPÁ ‘comida’) (64) é uma designação pouco expandida que recolhi em quatro lugares de Trás-os-Montes. Mais interessante é a actual distribuição geográfica de *barba* (< lat. BARBA ‘pelo da barba’) e *barbela*, *barbadela* (65). As duas formas com sufixo, só as encontrei numa zona do Minho e, isoladamente, uma delas, na Beira, convivendo com *queixo*. *Barba* está mais expandido: é a designação corrente do «queixo» na

maior parte de Trás-os-Montes e da Beira Alta, na Beira Baixa e no norte do Alto Alentejo. Reaparece mais ao sul, em Barrancos e numa parte do Algarve oriental.



MAPA 5

No artigo *barba* do seu *Diccionario* (66), supõe Corominas que era esta em Portugal como na Espanha, no Languedoc, em grande parte da Itália e na Roménia, a designação mais antiga da ‘parte inferior da cara’ a que os latinos davam o nome de *mentum* (nome que persistiu na Itália e, também, através do seu derivado *mento*, na Gália). *Queixo*, em português, que inicialmente teria significado ‘queixada’, seria uma designação posterior. O mapa que acabo de descrever não parece dar-lhe razão. *Queixo* tem nele todo o aspecto de ser a designação antiga, tradicional, cuja área vai sendo reduzida pela penetração do nome *barba*, importado através da fronteira oriental. Essa penetração de *barba*, mais adiantada numas regiões do que noutras, dá-se, independentemente, através de vários pontos do limite político e linguístico.

Conclusões

Convém considerar em conjunto os oito mapas que até agora comentei, e recordar o objectivo que inicialmente me propus: o de contribuir para a definição da estrutura lexical do território português.

Começarei por lembrar algumas das conclusões a que chegou J. G. Herculano de Carvalho no trabalho citado no início deste estudo (67). Nos mapas referentes aos nomes do *mangual* e das suas diversas partes, verificou o autor de *Coisas e Palavras*:

1.º As íntimas relações lexicais do distrito de Viana do Castelo e da parte setentrional de Trás-os-Montes com as zonas galegas vizinhas, relações de que em muitos casos resulta uma divergência vocabular acentuada entre essas regiões de Portugal e as regiões situadas imediatamente ao Sul.

2.º A personalidade lexical bem vincada de uma zona compreendida entre o Lima e o Douro «reservatório linguístico donde irradia o núcleo principal do léxico das outras regiões portuguesas» (68).

3.º A existência de uma zona de individualidade também profundamente acentuada do ponto de vista lexical — zona de tendências inovadoras — na região trasmontana do Alto-Douro (69).

4.º O papel de Viseu e de Coimbra como focos de difusão de tipos lexicais (70).

5.º A existência de áreas lexicais de contornos muito nítidos correspondendo às zonas de influência do mosteiro de Alcobaça e — na Beira Baixa e Alto Alentejo — das Ordens militares do Templo e do Hospital (71).

6.º A provável existência de duas vias de penetração do léxico, de duas correntes culturais, atravessando o Alentejo: a primeira, mais antiga, seguindo o itinerário Portalegre — Évora — Alcácer do Sal — Grândola, litoral do Baixo Alentejo — Algarve; a segunda, partindo de Santarém em direcção a Coruche — Montemor-o-Novo — Évora, por um lado, Setúbal e Alcácer do Sal por outro (72).

7.º A oposição em certos casos entre um Barlavento (ocidente) algarvio conservador, e um Sotavento (oriente) mais inovador (73).

Procurando abranger o conjunto de um ponto de vista mais geral, H. de Carvalho pergunta-se a si próprio se existe, quanto ao léxico, uma oposição entre um «português do Norte» e um «português do Sul», para concluir que tal oposição não se observa, a não ser, talvez, quando no Sul corresponde a determinado conceito uma palavra árabe que se opõe à palavra latina que persiste no Norte (caso de que, aliás, não dá exemplos nos mapas que elaborou). O Norte só se distingue pela existência nele de áreas homogêneas — de que provém uma estrutura lexical mais clara — que se distingue da estrutura mais imprecisa do Sul (74).

Comparando os resultados da análise dos mapas relativos ao *mangual* e suas partes com aqueles a que conduz a observação das oito cartas que aqui dou a conhecer, não posso deixar de acentuar antes de mais nada a sua natureza muito diversa. Talvez porque escolhi propositadamente noções ou objectos cuja representação no plano dos significantes é pouco variada (dentro do território português, apenas dois ou três tipos lexicais), talvez também — mas só no que diz respeito a certos pormenores — como consequência do próprio carácter esquemático dos mapas baseados no *ALPI*, a que logo de início fiz referência, não encontro neles documentação para os sete aspectos da estrutura lexical do território português observados por Herculano de Carvalho. Não se pode evidentemente deduzir deste facto que esses aspectos não sejam fundamentais. Temos simplesmente de reconhecer que os tipos de estruturação do léxico variam muito, conforme os conceitos ou «sentidos» estudados, e que é muito difícil, se não impossível, estabelecer neste domínio, à semelhança do que se faz com base na fonética, a existência de princípios gerais ou que se aproximem da generalidade. É precisamente com esta observação que Gerhard Rohlfs fecha o seu estudo, já várias vezes citado, sobre a «Diferenciação lexical das línguas românicas»(75).

A série de oito mapas que apresentei é ela própria uma prova da variabilidade dos tipos de estruturação. Apesar do reduzido número dos casos considerados e da semelhança procurada no «estilo» dos vários mapas (como atrás disse, todos se caracterizam pela coexistência de poucas designações concorrentes) temos de distinguir vários esquemas de distribuição das palavras sinónimas.

Assim, para começar: o mapa relativo a «soro» (mapa 3) dá-nos um exemplo da oposição a que alude Herculano de Carvalho, entre um Norte e um Sul de Portugal, quando a uma designação latina de um objecto se opõe nos falares meridionais uma designação árabe. Esta oposição não se encontra em nenhum outro dos mapas elaborados. É este, como já admite Herculano de Carvalho, um tipo certamente apenas esporádico de estruturação do léxico português.

O mapa 4 '(fêmea) estéril' — do qual creio se deve aproximar o mapa 8 'queixo' — parecem-me documentar outro tipo de estrutura. Observa-se neles, numa faixa ocidental, mais ou menos larga, que se estende do Minho até ao Algarve, a persistência de determinado tipo lexical que está a ser combatido por outro, proveniente do centro da Península. A fronteira político-linguística de leste não deteve o tipo lexical invasor. No caso da oposição *maninha* — *machorra*, a inovação *machorra*, de origem central, penetrou profundamente a norte do Douro, mantém-se na zona raiana nas Beiras, mas invadiu também o Alto e Baixo Alentejo e o Algarve oriental. *Barba*, *barbela* penetrou em Trás-os-Montes, nas Beiras e no Alto Alentejo; também se comunicou mais ao Sul a Barrancos e ao Algarve oriental.

Quanto aos outros mapas — *ordenhar* (mapa 1), *úbere* (mapa 2), *cria da ovelha* (mapa 5), *cria da cabra* (mapa 6), *espiga do milho* (mapa 7) — apresentam características comuns que, pela insistência com que se encontram, me parecem merecer a maior atenção. Em todos eles, observamos a existência duma oposição lexical entre duas regiões: a do noroeste e oeste, mais ou menos estendida para sul e para leste, mas que nunca ou quase nunca ultrapassa, em direcção ao sul, o rio Tejo, e geralmente não atinge, a leste, nem o oriente do distrito de Bragança, nem os distritos da Guarda e de Castelo Branco; a do sul, leste e nordeste, extensa zona formada por todo o Alentejo e Algarve, pela Beira Baixa, pelo oriente da Beira Alta e pelo leste de Trás-os-Montes.

Na primeira destas duas regiões conservam-se tipos lexicais particularmente arcaicos — alguns deles quase totalmente desaparecidos do resto da România, como *moger* ou *mugir*, *úbere*, *anho*. Sempre, aliás, mesmo quando não se trata de tipos tão arcaicos ou raros, esta região se caracteriza por usar uma designação mais antiga na língua, mais tradicional, do que aquela que se emprega na zona oposta. É o caso de *cordeiro* que nela convive com *anho*, *cabrito* e *espiga*, por oposição *borrego*, a *chibo* e a *maçaroca*.

O sul e o leste caracterizam-se pela generalização de inovações de vários tipos. Algumas vezes são tipos lexicais novos que vieram do centro da Península através da fronteira política com a Espanha. É provávelmente o caso de *ordenhar*, de *borrego*, e, talvez, o de *chibo*. Outra vezes, o foco da inovação vocabular deve estar dentro da própria zona. É certamente o caso de *amojo*, possivelmente o de *maçaroca*. Estas inovações parecem encontrar relativamente pouca resistência por parte dos tipos lexicais anteriores até ao limite máximo indicado para a primeira zona. Aí manifesta-se uma relutância maior ou menor, segundo os casos em aceitar a inovação.

O termo antigo, tradicional, mantém-se assim, nesta parte do território, numa área também maior ou menor: bastante vasta nos casos, de *moger*, *mungir*, *cabrito*, *espiga*, é muito mais reduzida no de *úbere*; no caso muito especial das designações da 'cria da ovelha', uma inovação de época antiga, *cordeiro*, expandindo-se à custa do nome tradicional, *anho*, que só persiste numa área muito reduzida do noroeste, chegou a ocupar a periferia da região conservadora do noroeste-oeste; entretanto uma inovação de data mais recente, *borrego*, penetrava na zona inovadora de sul e leste, expulsava dela *cordeiro* e ocupava-a quase inteiramente.

Não me parece difícil indicar os fundamentos históricos da oposição lexical entre as duas regiões que acabo de assinalar. Nas fronteiras da zona conservadora do noroeste e oeste, reconhecem-se aproximadamente os limites da parte do actual território português que os estudos de A. Herculano, Alberto de Sampaio, Gama Barros, Ruy de Azevedo, Torquato Soares e outros vieram provar ter-se mantido povoada (em certas secções intensamente povoada) entre os séculos VIII e XI, através das vicissitudes da invasão muçulmana e da reconquista cristã; a zona inovadora de leste e sul corresponde com grande aproximação à parte desse mesmo território que nos aludidos séculos estava, se não totalmente erma, como alguma vez se pensou, pelo menos intensamente despovoada, e que por isso mesmo foi objecto de uma política sistemática de repovoamento praticada, principalmente nos séculos XII e XIII, pelos reis de Portugal (76).

Parece-me interessante a este respeito, comparar os cinco mapas a que me estou referindo com a carta que acompanha, na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, o estudo de Paulo Merêa sobre «Organização social e administração pública» na Idade Média (77). Está nela representada a distribuição dos concelhos do tipo a que Herculano chamou «perfeito», concelhos com forais ou foros modelados sobre os de Salamanca, de Ávila ou de Santarém. Trata-se de municípios em que, por só terem sido fundados ou pelo menos reorganizados nos séculos XII-XIII, foi possível estabelecer uma organização municipal perfeita, completa — impossível de implantar em regiões de povoamento muito antigo, onde a organização se foi fixando pouco a pouco, lentamente, com o carácter irregular, imperfeito, mas profundamente arraigado, das instituições formadas nestas circunstâncias. Como indicou Ruy de Azevedo (78) a zona dos concelhos «perfeitos» corresponde assim, em geral (só é preciso exceptuar os casos de reorganização de uma organização já existente, em que se incluem os concelhos perfeitos do Minho, da Beira Litoral e parte dos da Estremadura), à parte do território português menos povoada na época em que foram outorgados os forais às vilas respectivas.

Como imediatamente se verifica consultando este mapa de Paulo Merêa, a zona dos concelhos de tipo «perfeito» coincide nas suas linhas gerais com uma das duas que distinguimos ao tratar da estrutura lexical do território português — aquela que se nos apresenta como essencialmente inovadora.

A oposição entre um Portugal permanentemente povoado, ocupado por uma população que, na sua maior parte, tem raízes muito antigas na terra em que habita, população fundamentalmente avessa a inovações, e um Portugal repovoado nos séculos XII e XIII — o Portugal de colonização (79) — ocupado nessa época relativamente tardia por uma população de várias proveniências que nele se misturou em localidades fundadas de novo ou totalmente reorganizadas, população propensa a criar ou a admitir formas de viver e de falar novas ou modificadas, tem sem dúvida consequências da maior importância. É ela que me parece estar na base de um dos traços essenciais — talvez o mais significativo — na estruturação lexical do território português.

APÊNDICES

(1) Redigido em 1958 e apresentado, na sua forma inicial, como comunicação ao I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia reunido, em Setembro desse ano, na Universidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Brasil.

(2) Sobre esses inquéritos, v. o vol. I do *Atlas*, com a respectiva Introdução, Madrid 1962, a notícia *Enquêtes au Portugal pour l'Atlas Linguistique de la Péninsule Ibérique*, que publiquei na revista *Orbis*, III, 1954, pgs. 417-418, e o artigo *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Península Ibérica*, em *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro* (Universidade da Bahia 1956), Rio de Janeiro 1958, pgs. 186-195.

(3) *Coisas e Palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*, Coimbra 1953 (Separata de *Biblos*, vol. XXIX).

(4) Ocupa as pgs. 297-313 do volume citado.

(5) Pg. 308 e fig. 60.

(6) Penso, principalmente, nos mapas correspondentes a «significados» que, por impressionarem fortemente a imaginação e levarem, por isso mesmo, com facilidade à criação ou à recriação vocabulares, estão muitas vezes representados, até mesmo numa área reduzida, por um número muito elevado de «significantes». É o caso, por exemplo, dos mapas relativos aos nomes de certos insectos, como a «joaninha» ou o «louva-a-deus», de certos pássaros, como a «poupa» ou a «alvéloa» (v., sobre os seus nomes em português, o artigo de J. Inês Louro, no tomo XVI deste *Boletim de Filologia*, 1956, pgs. 125-136) ou mesmo de certos objectos, como o «baloço» (v. o artigo de K. Jaberg, na *RPF*, I, a que me referirei mais adiante).

(7) Não me foi possível, durante a preparação deste trabalho, consultar os materiais do *ALPI* recolhidos na Galiza. Não posso, deste modo, dar uma visão completa da estrutura lexical do domínio linguístico galego-português (sobre cuja secção galega, também, infelizmente, Herculano de Carvalho mal se pôde informar). Limito-me à análise da estrutura vocabular do território politicamente português, o único que percorri e estudei directamente. (Os inquéritos na Galiza foram realizados antes de 1936 por Aníbal Otero Alvarez).

(8) *Coisas e palavras*, pg. 301.

(9) K. Jaberg, *Géographie linguistique et expressivisme phonétique: Les noms de la balanceiro en portugais*, *RPF*, I, 1947, pgs. 1-44,

(10) *Coisas e Palavras*, pg. 301.

(11) Perguntas 566, 564, 814, 528, 561 e 559 do caderno II E (vocabulário), normalmente preenchido por mim nas localidades exploradas.

(12) Perguntas 464 e 591 do caderno II E.

(13) Numa miscelânea publicada na revista *Brasília*, I, 1942, pgs. 60-61 e reproduzida no volume *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega*, Coimbra 1953, pgs. 217-218.

(14) *Diccionario Etimológico Español e Hispánico*, n.º 2430.

(15) *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, III, Madrid [1956], pg. 568.

(16) V. artigos *esmucir* do *DCELC* de Corominas e *MULGERE*, *EMULGERE* do *DEEH* de García de Diego.

(17) Exemplos erròneamente incluídos por José P. Machado, no seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, s. v. *mugir* ‘berrar’, de origem onomatopeica. Os

correspondentes latinos no *Dicionário de verbos alcobacense* são, no entanto, para *mungir*, emungo, e, para *muger*, mulgeo (mulceo) o que não deixa margem a qualquer espécie de dúvidas (v. Henry H. Carter, *A Fourteenth Century-Old Portuguese Verb Dictionary* em *Romance Philology*, VI, 1952-1953, pgs. 82 (n.º 1050), e 88 (n.º 1746) e cf. pg. 102).

(18) V. o dicionário de Morais e o *DELP* de José Pedro Machado.

(19) *DCELC*, IV, pg. 642.

(20) *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega* (Primeira série), pg. 218.

(21) No *Dicionário* de Cândido de Figueiredo, 10.^a ed., cita-se a frase «Por entre as coxas o *amojo* arredondava» de *Terras do Demo*, 128, em que o sentido não é, evidentemente, como supõe o lexicógrafo, ‘intumescimento produzido pelo leite nos peitos das mulheres e nas tetas dos animais’, mas sim, muito simplesmente, ‘úbere’. A 10.^a edição do *Dicionário* de Morais também dá abonações colhidas em obras de Aquilino Ribeiro: «as ovelhas zorreiras, oferecendo às crias um *amojo* refarto» *Volfrâmio*, pg. 304, e «luzidia, encorpada, com um *amojo* de turina» *Terras do Demo*, I, 101. O sentido é novamente, em ambos os exemplos, ‘úbere’ e não ‘intumescência das tetas retesadas e cheias de leite; apoiadura que causa o enchimento dos vasos do leite nas tetas’ (trata-se como em Cândido de Figueiredo, de uma glosa da definição provavelmente exacta para a sua época, dada por Bluteau), ou ‘grande desenvolvimento dos seios’ (!) como se lê na refundição de Morais, antes do último passo citado.

(22) Do facto de o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* incluir a palavra, repetindo a definição de Bluteau e dos dicionaristas portugueses, não creio se possa concluir que a palavra vive realmente no português do Brasil.

(23) Pareceu-me conveniente, no mapa, distinguir por meio de uma convenção especial, as variantes com sufixo átono *almécere*, *almícere* (não registadas nos dicionários) das formas simples *almece* e *almice*.

(24) V. A. Steiger, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, Madrid 1932, pg. 368, M.L. Wagner, *Alguns arabismos do português* em *Biblos*, X, 1934, pgs. 427-453 e J. P. Machado, *Comentários a alguns arabismos do Dicionário de Nascentes* neste *BdF*, VI, 1940, pg. 272 e *DELP*, s. v.

(25) D. A. Tavares da Silva, *Esboço dum vocabulário agrícola regional*, Lisboa 1944, pg. 43, regista apenas a variante *almeice* como alentejana.

(26) *Thesouro da Lingoa Portuguesa*, Lisboa 1647 (licenças de 1638), fol. 9: «*almece* do *queijo*. Casei compressi defluuium». V. *DELP*, s. v. A variante, *almice* foi já registada pela primeira vez por Bluteau.

(27) O *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* nem sequer acolhe *almece* e as suas variantes.

(28) Na revista *Filología* (Buenos Aires), I, pgs. 151-164.

(29) Nas págs. 205-207.

(30) *DCELC*, s. v. v. *macho*, III, pgs. 175-176 e *mañero*, *ibid.*, pgs. 251-252. V., também, sobre *maninho*, Serafim da Silva Neto, *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro 1952 (-1957), pgs. 283-284.

(31) V. Joseph H. D. Allen Jr., *Portuguese Word Formation With Suffixes*, Philadelphia 1941, §25, pg. 26. Como aí se lê, a origem prelatina do sufixo foi sugerida por Meyer-Lübke e admitida por Hanssen, Reinhardstoettner e J. J. Nunes.

(32) *Machorra*, no sentido de «sterilia, mascula», aparece já no *Dic. De Nebrija* em 1495 e está incluído do *Diccionario* da Real Academia Española, sem qualquer restrição quanto à área de emprego. García de Diego, no seu *DEEH*, dá o termo como castelhano, na sua forma feminina, restringindo o masc. *machorro*, no sentido de ‘estéril’, ao salmantino.

(33) Primeiro na *RLu*, XI, 1908, pg. 354, no breve artigo *Romanço mozarábico*, mais tarde e numa forma mais completa nas *Lições de Filologia Portuguesa*, publicadas pela primeira vez em 1911. V. na 2.^a ed. e última revista pelo autor, datada de Lisboa 1926, as pgs. 293 e 328. Cf. também a alusão a «o que de tal romanço [moçarabe] possa estar hoje representado no onomástico da Estremadura, Alentejo e Algarve, e na linguagem corrente dos povos das mesmas províncias» (pg. 17). Que me conste, nunca Leite de Vasconcellos chegou a apresentar exemplos colhidos na linguagem corrente do Sul, mas apenas no onomástico. Ao fazê-lo eu aqui, desejo chamar a atenção para esta frase, escrita em 1911, e prestar mais uma vez homenagem à extraordinária penetração e capacidade de previsão do grande Mestre. (Os passos citados podem ser consultados na 3.^a e mais recente edição das *Lições de Filologia Portuguesa...* prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro 1959, pgs. 268, 303 e 16-17).

(34) Em *Orígenes del español*, § 90: na 3.^a ed., pg. 432. Tanto Leite de Vasconcellos como Menéndez Pidal associam, aos casos de conservação de *-n-*, citados a seguir, casos, mais raros, de conservação de *-l-*: *Mértola*, *Molino* (Évora).

(35) Recentemente, já depois de redigido e apresentado este trabalho no Congresso Brasileiro de Dialectologia de 1958, apareceu o artigo de José G. Herculano de Carvalho, *Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego*, na *Revista Portuguesa de História*, VIII, 1959 (public. em 1961), pgs. 277-284, em que aos exemplos aduzidos pelos autores já citados, se acrescentam dois que têm o extraordinário interesse de ser nomes de lugar situados na região imediatamente ao sul do rio Mondego, portanto muito mais ao norte do que todos os anteriormente apontados. Trata-se de *Avenal* (concelho de Condeixa) < AVELLANALE e *Malga* (conc. de Coimbra) < MALAGA. Herculano de Carvalho completa, numa nota desse artigo, a lista de topónimos derivados de FONTANA, mencionados por Leite de Vasconcellos e M. Pidal: *Fontana* (Lisboa), *Fontanas* (Évora e Ferreira do Alentejo), *Fontanal* (Sines e Santiago de Cacém), *Fontanais* (Odemira e Portel), *Fontanelas* (2 vezes e não apenas 1 no conc. de Sintra) (pg. 278).

(35 bis) Num passo, pouco claro, da sua *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro 1952 (-1957), em que a propósito do «contacto intenso e multimodo» que, abaixo do Mondego, anulou a «antinomia linguística entre o Sul conservador e o norte inovador», na época da Reconquista, aludiu a um vocábulo da linguagem corrente alentejana, em que parece ter reconhecido um caso de conservação de *-n-* intervocálico. O passo é o seguinte: «Quanto às desfigurações vocabulares que por força se deram, o *Atlas Lingüístico-Etnográfico*, a elaborar-se em futuro próximo, nos trará, certamente, abundante documentação. Quero, desde já, trazer à

baila um exemplo. Trata-se de *moxão / muxão* que ocupa uma área que engloba Murça (pequeno concelho a nordeste de Vila Real, Trás-os-Montes), Penaguião (Trás-os-Montes) e Penedono (distrito de Viseu, Beira Alta) — e que, no Alentejo nos aparece com a forma *mixano*» (pg. 380). Aos exemplos toponímicos dados por Leite de Vasconcellos, fizera Serafim da Silva Neto uma referência na pg. 338. Não conhecia o passo atrás citado no momento em que redigi pela primeira vez o parágrafo a que se refere esta nota, pelo que essa primeira redacção lida em Porto Alegre e distribuída aos congressistas em forma policopiada, não continha o inciso, que aqui acrescento, recordando comovidamente o grande filólogo e bom amigo prematuramente desaparecido.

(36) Reservo a documentação mais completa que há anos venho reunindo em inquéritos directos e percorrendo monografias dialectais, para um estudo especialmente consagrado a este assunto.

(37) Exemplos recolhidos e amavelmente comunicados pela minha antiga aluna Dr.^a Maria Aliete Dores Galhoz.

(38) Na toponímia registam-se, segundo *o Dicionário Corográfico de Portugal* de Américo Costa, *Romaneira e Romaneiras* no concelho de Grândola (além de uma Quinta da *Romaneira* em Alijó, cujo nome talvez seja de origem leonesa ou meridional).

(39) Exemplos registados na dissertação de licenciatura da minha antiga aluna Maria Paulina Bento Ribeiro, apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1958.

(40) É claro que o *-n-* não é, em todos os diminutivos meridionais em *-nito*, o resultado da conservação de *-n-* etimológico. Mas a terminação *-nito*, tem provavelmente o seu foco de irradiação nos casos do tipo *manita*, de *mano* por *mão*, *granito*, de *grano* por *gão*, *maçanita*, de *maçana* por *maçãa*, *maçã*, *franganito*, de *frângano* por *frângão*, em que o era. De aí se propagou aos casos do tipo *canito*, de *can*, *panito*, de *pan*, etc. e até a palavras de introdução tardia na língua, como *pirunito*, de *pirũ*, por *peru*.

(41) *Die lexikalische Differenzierung der romanischen Sprachen*, Munique 1954. Pode, agora, consultar-se também a tradução espanhola de Manuel Alvar: *Diferenciación léxica de las lenguas románicas*, Madrid 1960 (Publicaciones de la RFE, XIV).

(42) Pgs. 48-49 e 65-69. Na trad. espanhola, pgs. 84-85 e 110-116.

(43) Assim o indica numa nota, pg. 95. Efectivamente o *Diccionario de la Real Academia Española* define *borrego*, *ga* ‘cordero e cordera de uno a dos años’. Também o *Diccionario* de C. de Figueiredo define *borrego* ‘cordeiro que não tem mais de um ano’. Bluteau, no século XVIII, definia-o: «Em algumas partes he cordeiro já formado, e de seis ou mais mezes» *Vocabulario portuguez e latino*, II, 1712, s. v. Já na tradução espanhola do livro de G. Rohlfs, Manuel Alvar anota: «En el sur peninsular — Portugal, España — *borrego* es voz casi universal para designar a la cria de la oveja, sin distinción de edad». Baseia-se evidentemente, quanto à Espanha, nos resultados dos seus inquéritos para o *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Andaluzia*, que como se vê, concordam perfeitamente neste aspecto com os dos meus para o *Atlas da Península Ibérica* (a parte da nota referente a Portugal está já baseada no mapa 5 deste estudo, que Alvar conheceu em Porto Alegre, onde também participou no I Congresso Brasileiro de Dialectologia).

(44) G. Rohlfs, *op. cit.*, pg. 48 (na trad. esp. pg. 84).

(45) V. Corominas, *DCELC*, I, pg. 903, s. v. *cordero*.

(46) Segundo Corominas, *loc. cit.* No calabrês aparece *curdascu* no sentido de ‘cordeiro tardio’.

(47) *Boletín de la Real Academia Española*, X, 1923, pg. 177. Como lembra M. Alvar num aditamento à nota de Rohlfis referente a esta explicação de A. Steiger, o diminutivo *añino*, por não haver em relação a ele o mesmo perigo de colisão homonímica, pôde persistir em castelhano com o sentido principal já dado por Covarrubias, de ‘vellón fino del cordero de un año’, com que aparece em muitos textos medievais, e também no de ‘cordero de un año’ (v. *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, II, Madrid 1951, pgs. 102-103 e *Los Fueros de Sepúlveda*, Segovia 1953, pgs. 676-677). Em português, *aninho* (de *anhinho*, por dissimilação) está registado por C. de Figueiredo, como provincianismo alentejano, no sentido de ‘lã da primeira tosquia, lã de carneiro ou de ovelha de um ano’. Neste sentido de ‘lã de borrego’, segundo a explicação do próprio informador, ouvi, recentemente, o termo nos arredores de Serpa. Tavares da Silva regista-o no Alto Alentejo (*Esboço dum vocabulário agrícola regional*, Lisboa, 1944, pg. 52).

(48) A fixação de *cordeiro* em território galego-português no sentido de ‘agnus’ é muito antiga. No *DELP*, de José Pedro Machado, a palavra aparece documentada como adj. no séc. XII, como subst. nas *Inquirições* de 1220.

(49) V. Corominas, *DCELC*, I, pg. 493, s. v. *borra* e pg. 495, s.v. *borrego*.

(50) Corominas dava, em 1954, como mais antiga abonação da palavra, o texto dos inventários aragoneses de 1374. No seu recente *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*, Madrid 1961, pg. 100, recua essa data para 1309, mas cita *borro* que aparece no sentido de ‘borrego’ no *Libro de Alexandre*, por volta de 1250, e considera-o como um derivado regressivo de *borrego* que já existiria portanto antes dessa data.

(51) «E de cordeiros *boregos* cabritos ou leitooens nam pagaram portagem» *Arquivo Histórico de Portugal*, I, pg. 99. Exemplo citado por José P. Machado, *DELP*, I, 393. No mesmo *Dicionário* se regista, a seguir, *borro* no séc. XIII: «De *borro* VI denarios dent in decimo», passo colhido nos *PMH, Leges*, pg. 785 (ou seja nos *Foros de Castelo Bom*, que, como o indiquei no meu livro *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, 1959, estão escritos em latim com mistura de formas leonesas — e não portuguesas, como crê José P. Machado). Esta forma *borro* não se deve confundir com a que citei na nota 50 e que significa ‘borrego’: ao contrário do que a sua colocação no *DELP* leva a crer, trata-se de uma forma antiga de *burro* ‘asno’, como o revela claramente o contexto, na parte não transcrita por J. P. Machado: «Por borrico que dampno fecerit I denarium, De borro VI denarios dent in decimo. Et de potro aud de muleto 1.^a quinta». À mesma conclusão leva o confronto com o passo correspondente do texto dos *Foros de Castelo Rodrigo*, VII, 5, onde em lugar de *borro* se lê *borrico*. Nestes últimos *Foros* pertencentes à mesma família, mas de linguagem mista galego-portuguesa e leonesa (ms. da 2.^a metade do séc. XIII), é sempre *cordeyro(s)* o nome do animal de que nos ocupamos (V, 47, VI, 33, VII, 2, VIII, 44); também aparece *cordeyrinas* VIII, 44, na portagem incluída nos *Foros*, creio que no sentido de ‘lã de cordeiro ou cordeira’, isto é, com o mesmo significado que o *añino* das várias portagens espanholas a que aludi na nota 47: «De carga de azeyte: de bestia cavalari, I.^a tertia; e de asno, I.^a quarta. De *cordeyrinas* e de cabritas, la carga de bestia mayor, I.^a tertia; e de asno, I.^a quarta». No mesmo texto aparece *borra*, IV, 27, no sentido de «lã grosseira»: «Qui *borra* fiare o metire en sayal o con cardas de

ferro cardare...» (V. a minha edição dos *Foros*, incluída em *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa 1959, pgs, 21-128).

(51bis) O mais recente *Diccionario Enciclopedico Gallego-Castellano* de Eladio Rodriguez Gonzalez, I, Vigo 1958, regista *borrego, ga*; mas pela própria maneira de definir a palavra, dá a entender que se trata de um castelhanismo do galego literário moderno: «Cordero. Más comúnmente se llama AÑO, AÑA».

(52) Já se encontra no entanto a palavra empregada num passo de Filinto Elísio, citado por Domingos Vieira, no seu *Dicionário*: «Nasci sem ambição. A ter vinte anos, / pedira uma muchacha graciosa / mansa como um *borrego*» Francisco Manuel do Nascimento, *Obras*, tomo I, pg. 156. *Borregada* aparece em Gil Vicente: «[...] aquell'outro marinheiro, / porque me vê vir sem nada, / dá-me tanta *borregada*» *Primeiro Auto das Barcas*, v. 230 (v. em I.S. Révah, *Recherches sur les oeuvres de Gil Vicente*, Tome I, Lisbonne 1951, pgs. 52 e 137).

(53) «Se este Março não foi d'*anhos*, / outros virão melhorados» escrevia Sá de Miranda, égl. VIII, est. 20. A 10.^a ed. de Morais cita ainda um passo de Aquilino Ribeiro: «*Anhos* e cabritos saltaricavam pelos pastos...» *Lápides Partidas*, pg. 372. É mais fácil encontrar exemplos do seu emprego em contextos do tipo: «o seu *anho* assado da Páscoa», Herculano, *Lendas e Narrativas*, II, pg. 128 (apud *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*). A conservação literária do termo é neles visivelmente apoiada pelo emprego de *agnus* no latim da Igreja.

(54) Segundo o *Vocabulário Sul Riograndense* de Luiz Carlos Moraes, 1935. Não aparece registado no *Vocabulário Gaucho* de Roque Callage, Porto Alegre, 1928.

(55) V. pg. 66 (Na trad. espanhola, pgs. 112-113).

(56) V. este último no *DCELC*, II, pgs. 71-72, s. v. *chivo*.

(57) Ao contrário de todos os outros Dicionários galegos que consultei, o *Diccionario Enciclopedico* de Rodríguez González recolhe *chivo*, mas remete para *castrón*, que significa 'macho cabrío castrado', e em certos casos também não-castrado, 'apto para la procreación'. Dá também *chiva* 'cabrita, cabra pequena' e *chiviño, chiviña*. Só o feminino e os diminutivos teriam, caso este Dicionário reflita a linguagem viva, o valor que registámos para *chibo* em português.

(58) Segundo José P. Machado, *DELP*, I, pg. 582.

(59) «Qvi uelar cabras, tome el. V.º de los *chibos* e, cada .VIII. dias, domengeyra do leyte e, cada cabron, .III. dineyros pipiones» VII, 28 (*A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, pg. 104). Esta redacção do título é própria do texto elaborado em Castelo Rodrigo: não se encontra nos outros Foros da mesma família, a não ser nos de Castelo Melhor, directamente derivados, como o demonstrei no meu estudo, dos da localidade vizinha. Aparece neles a forma *chiuos* (*PMH, Leges*, I, pg. 930). A abonação que apresento é anterior pelo menos 200 anos à mais antiga colhida por Corominas, *DCELC*, II, pg. 71, na *Gaya* de Guillen de Segovia, 1475 (continua a ser esta a mais antiga abonação que regista no *Breve Diccionario Etimológico* de 1961).

(60) *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, s. v.

(61) *DCELC*, III, pgs. 311-313 (e, do mesmo modo, no recente *Breve Diccionario*, pg. 378). *Maçaroca* teve inicialmente em português, como *mazorca* em espanhol, o sentido de ‘porção de linho ou de lã que se vai tirando do arméu e revolvendo no fuso para depois dobá-la’. Está documentada nesse sentido em castelhano no *Diccionario* de Nebrija em 1495, em português no *Cancioneiro de Resende*: «porque mais dona pareça /.../ de meadas tome conta / e saiba quanto se monta/ a noite em *maçarocas*» (ex.^o citado por Corominas). O sentido de ‘espiga de milho e de outros frutos semelhantes’ cuja proveniência do anterior não é difícil de compreender, só está registado para o espanhol em 1600 (*Breve Diccionario Etimológico*). Em português, *maçaroca* ainda só aparece com o significado de «pensum» ou seja, de ‘peso de lã a fiar num dia’ ou ‘tarefa’ imposta, como se lê na parte latino-portuguesa do mesmo Dicionário, no

Dictionarium... Lusitanico-Latinum de Jerónimo Cardoso (1.^a ed. 1562), mas já no *Thesouro da Lingua Portuguesa* de Bento Pereira, Lisboa 1647 (licenças de 1638) se encontra, a par de *maçaroca* ‘pensum, i’, *maçaroca de painço* (isto é, de milho miudo), glosada por ‘panicula, ae’.

(62) A área portuguesa de *maçaroca* liga-se com uma área leonesa da mesma forma: *maçaroca* emprega-se no Centro e Oeste de Cáceres, nas Hurdes, na Serra de Gata e no Oeste de Salamanca, e na Sanabria (sempre segundo Corominas; v. também García de Diego, *DEEH*, pg. 855, onde se propõe o inaceitável étimo *MENSURICA). Por outro lado, regista o seu emprego em galego o dicionário de Cuveiro Piñol, que dá os sentidos: «mazorca husada de hilaza» e também «la mazorca o panoza del maiz (en algunas partes)». Os dicionários de Valladares Nuñez e de Carré Alvarellós dizem apenas: «Mazorca. Husada de hilaza». *O Dicionário Enciclopédico* de Rodríguez González, II, Vigo 1960, distingue os significados: «husada, porción de lino, lana o estopa que se pone en el huso. Hilada, rollo de hilado, que sale del huso para formar parte de la meada» e «cola del zorro». Mas não conhece a palavra no sentido de ‘espiga’, que deve ser raro em território galego. É curiosa a seguinte quadra popular, recolhida por Valladares Nuñez, em que *mazaroca*, com o seu primitivo significado de ‘meada’ aparece em rima com *roca* (o que parece apoiar a etimologia proposta por Corominas, já que acentua as «relações associativas» existentes entre os dois vocábulos): «Voume por aqui abaixo / fiando n’a miña roca. / A teiña já ‘stá urdida / faltam’ unha *mazaroca*».

(63) V. Corominas, *DCELC*, III, pg. 952, s. v. *quijada*,

(64) V. Corominas, *DCELC*, III, pg. 650, s. v. *papa III*.

(65) Corresponde ao castelhano moderno literário e comum *barbilla*.

(66) *DCELC*, I, pg. 396.

(67) V. *Coisas e Palavras*, pgs. 302-305.

(68) *Ibid.*, pg. 305.

(69) *Ibid.*, pg. 306 e fig. 58.

(70) *Ibid.*, pg. 306-307 e fig. 59.

(71) *Ibid.*, pgs. 308-310 e figs. 60 e 61.

(72) *Ibid.*, pg. 310.

(73) *Ibid.*, pg. 311.

(74) *Ibid.*, pgs. 311-312.

(75) *Die lexikalische Differenzierung*, pg. 95 (Na trad. espanhola, pg. 154).

(76) V., principalmente, A. Herculano, *História de Portugal*, 8.^a ed., VI, pgs. 12-61 e notas I e II, pgs. 310-317, H. da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, 2.^a ed., dirigida por Torquato de Sousa Soares, IV, Lisboa 1947, pgs. 31-51, Nota III, pgs. 227-242, e Observação I de T. S. Soares, pgs. 371-376, Alberto de Sampaio, *As vilas do Norte de Portugal em Estudos históricos e económicos*, I. Porto 1923, pgs. 84, 89-90; Ruy de Azevedo, *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*, Lisboa 1933 e *Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores*, em *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa 1937, pgs. 7-64. V. também, José Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, II, Lisboa 1936, pgs. 352 e segs.

(77) *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, II, Barcelos 1929, pg. 510. (Reproduzi esta carta no meu artigo *Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais*, publicado nas *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (= *BdF*, XX), III, Lisboa 1962, pg. 33).

(78) No seu estudo sobre o repovoamento incluído na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, I, pgs. 7-64.

(79) Sobre o carácter de «área de colonização» que tem uma parte do território português, e sobre a importância linguística deste facto, gostava de insistir Serafim da Silva Neto. V., por exemplo, na sua *História da Língua Portuguesa*, as pgs. 370-374 e novamente a pg. 393; v., ainda, *Le Portugais dans le Nouveau Monde*, em *Orbis*, II, 1953, pgs. 148-149 (reproduzido em *Ensaio de Filologia Portuguesa*, São Paulo 1956, pgs. 52-54). Mas, para Serafim Neto, o Portugal de colonização era apenas, vagamente, o Portugal ao Sul do Mondego: «O Sul, do Mondego para baixo, caracteriza-se por grande unidade, típica das áreas de colonização» (*História da Língua*, pg. 393). E, como está patente nesta mesma frase, pretendida sobretudo - e com razão - explicar pela mistura de populações que se produziu na zona colonizada, a sua grande uniformidade, a relativa unidade (principalmente fonética) que de uma forma tão evidente a opõe ao norte, muito mais diferenciado.